



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em nove de novembro de dois mil e vinte e dois, às catorze horas e vinte minutos, por meio de vídeo conferência e pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=gfHjhwGgbWo> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início a 64ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA ABERTURA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

1.1 Apresentação dos presentes, verificação do quórum e aprovação da Ata da 63ª Reunião Ordinária e leitura da Pauta.

Discussão	O Presidente Suplente do CIF, Dr. Thiago Carrion, cumprimentou a todos os presentes e após a verificação do quórum deu início aos trabalhos. Informou que o uso da palavra por não membros deve ser solicitado na primeira hora da reunião, indicando a representação e o ponto de pauta específico. Foram registradas as felicitações pelo retorno das reuniões do CIF em formato híbrido – virtual e presencial. Foi feita breve apresentação dos membros presentes e, depois, dos membros participantes virtualmente. Em seguida, foi questionada objeção quanto à aprovação da ata da 63ª Reunião Ordinária do CIF. Posto em votação.
Aprovação	Aprovada ata da 63ª Reunião Ordinária

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA

1.2.1 Revisão dos Programas – Segundo Ciclo

Discussão	Moara Giasson informou sobre a revisão dos programas do segundo ciclo: a Cláusula 203 do TTAC traz a necessidade de revisão completa dos programas a cada dois anos. A primeira revisão não foi completamente finalizada pela falta de alcance de consensos, e, pela regra, o sistema já deveria estar no segundo ciclo de revisão em prazo até março de 2023. Diante disso, em algumas reuniões gerenciais com a Fundação Renova, ponderaram que não valeria o esforço de refazer as revisões tão somente pela determinação do TTAC uma vez que o processo havia sido finalizado recentemente. A Fundação fez levantamento do status de cada um dos programas, fizeram revisão do material e enviaram às Câmaras Técnicas, com foco em programas que não tiveram consenso na aprovação. O momento era de finalização do recebimento das devolutivas das CTs sobre programas ainda não consensuados para preparar deliberação para a próxima reunião. Em seguida, o Presidente Thiago Carrion informou sobre possível interferência nos programas de saúde e manejo de rejeitos diante da perícia judicial, contudo, parabenizou o esforço do sistema.
-----------	--

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA

1.2.1 Calendário de reuniões do CIF

Discussão	Thiago Carrion relembrou possibilidade antiga do CIF de promover reuniões em territórios atingidos que, diante do retrocesso da pandemia de COVID-19, poderia ser novamente discutida. Moara Giasson fez apresentação da proposta de calendário com datas de possíveis reuniões do Comitê, considerando períodos de férias que geralmente causam esvaziamento do Comitê e das CTs. Buscaram evitar datas próximas a feriados, mantendo a periodicidade em 45 dias. Jadilson Gomes sugeriu inversão entre Linhares/ES e Mariana/MG por homenagem simbólica ao itinerário da lama do acidente. Participantes atingidos solicitaram a inclusão de territórios atingidos, tais como Aracruz/ES, São Mateus/ES e Conceição da Barra/ES para escuta das comunidades. Severino Alves relembrou que a escuta das comunidades é de grande importância, contudo as reuniões anuais do CIF eram numericamente limitadas, não sendo possível contemplar todas as solicitações municipais em um calendário anual. Em complementação, Jadilson Gomes afirmou que, caso o CIF não conseguisse abarcar todas as demandas de reuniões em território, a questão poderia ser levada para a elaboração dos calendários de reuniões das Câmaras Técnicas. Por fim, o Presidente Suplente Thiago Carrion reforçou a importância da escuta comunitária, porém concluiu que o Comitê deveria se comprometer primordialmente com a eficácia e a produtividade dos trabalhos, sendo preferível garantir a infraestrutura e logística adequadas para a efetividade do processo. Após ajustes, a proposta de calendário para 2023 foi posta em votação.
Deliberação nº 616	Aprovada sem objeções.

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA

1.2.3 – Período Chuvoso

Discussão	Moara Giasson relatou sobre proposta de encerramento do plano do período chuvoso apresentada pela Fundação Renova via ofício FR 2021.1422 no qual apresentou relatório de encerramento; foi realizada análise técnica, a qual a Fundação respondeu, foi feito encaminhamento às Câmaras Técnicas pertinentes para análises, assim como para os estados pedidos de sugestões. O parecer técnico 01.2022 do GAT/MG que não recomenda o encerramento do plano de ação do período chuvoso; este informe foi enviado para a Fundação Renova. O prazo para que a Fundação apresentasse proposta de plano de ação para período chuvoso seria até primeiro de agosto de cada ano, tal proposta não foi enviada ao CIF, portanto, foi solicitado à Fundação que o plano de ações fosse protocolado o mais rápido possível. Em paralelo, Governador Valadares/MG e Colatina/ES enviaram relatórios de avaliação dos impactos do período chuvoso da deposição de sedimentos nas margens, impacto que não estaria colocado dentro do plano de ação do período chuvoso. Reforçou o recebimento recorrentemente de informações desses impactos em municípios, porém concluiu que o Comitê deveria se conectar diretamente com o evento; todavia, durante o último período chuvoso houve maior clareza visual da conexão das deposições com o sedimento aportado pelo desastre. Ao final da exposição, solicitou orientação dos membros sobre possíveis tratativas para a situação. Thiago Carrion sugeriu realização de reunião intercâmaras para discussão de revisão do projeto. Margareth Saraiva relatou que a cada período chuvoso a chuva chega com muita força e reafirma-se o entendimento inicial do TTAC de impacto dinâmico. Durante o último período, o mais violento, foi possível verificar a deposição de rejeitos e sedimentos nas áreas de produção de hortícolas em Colatina/ES. Em relação à limpeza das cidades após a baixa das enchentes, há deposição de lama e poeira fina, e questionou como isso poderá ser absorvido dentro do plano de contingência. O primeiro focava muito mais em relação ao abastecimento de água e alternativa em relação à coleta de peixes, água para dessedentação, etc. Afirmou duas questões relevantes: trabalhar uma perspectiva de plano de contingência que incorpore os fenômenos observados ao longo desses sete anos e gatilhos eficientes. Luís Gabriel Mendoza informou sobre possibilidade de existência de recursos compensatórios que poderiam ser utilizados pelos municípios. Thiago Carrion manifestou preocupação em relação ao recebimento de recurso compensatório, apesar de benéfico ao município, porém poderia levar à negação pelo Comitê do reconhecimento de impacto evidente, podendo prejudicar questões futuras. Júnior Loss reforça a repetida discussão sobre ligação entre a lama e o rejeito, sendo evidente para o CIF a deposição de rejeitos nas margens em momentos de cheia. Reforça que o momento era de ação por parte da Fundação Renova, e não de negação da correlação com o evento. Alessandra Jardim, Coordenadora da CT-SHQA, rebateu informação da Fundação Renova de pacificação da questão do abastecimento de água, sendo matéria judicializada no Eixo Prioritário 9 em razão da falta de execução das ações por parte da Fundação. Por fim, Thiago Carrion expôs que o TTAC define que caso a FR identifique que, a qualquer tempo, um programa não esteja cumprindo suas funções, diante do surgimento de novas demandas, é preciso instaurar uma revisão extraordinária.
-----------	---

Manifestação	Juliana Bedoya informou que o plano veio a partir de deliberação em que se tinha preocupação com relação ao abastecimento humano, dessedentação animal e mortandade de peixe. Há época, entre os anos de 2016, 2018, foi protocolado, analisado, revisado e entrou em vigor. Atualmente, não são observados os riscos para os quais a deliberação estabeleceu necessidade de plano de ação para o período chuvoso. As captações alternativas avançaram, assim como as alternativas para dessedentação e não houve eventos em período chuvoso de mortandade de peixes decorrente do rompimento desde 2018, portanto os gatilhos para os quais o plano foi estabelecido não foram acionados. Há época da deliberação, havia sentido na ação, porém atualmente esse objeto já não mais se aplicava, o que não negava outros riscos impostos. A proposta seria a elaboração de um novo produto com foco nos desafios e problemas verificados atualmente.
Encaminhamento E64 – 1.2.3	Instauração de revisão de ofício na forma do parágrafo primeiro da Cláusula 203 do TTAC do Plano do Período chuvoso, solicitando realização de reunião intercâmaras com convite às defesas civis e à sala de crise do CBH Doce para discussão dos impactos decorrentes das chuvas e deposição de rejeitos nas margens, assim como os impactos disso para a população.

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA

1.3 Assuntos Gerais das Câmaras Técnicas

Discussão	Thiago Carrion explicou que o TTAC previu questão do planejamento anual do orçamento dos programas, trabalho pensado na época do TTAC como mais simples do que de fato se mostrou. Raramente o sistema conseguiu entregar um orçamento com ações homologadas, quiçá nunca tenha entregado. A solução do orçamento definiria quanto recurso reparatório será aportado anualmente pelas reparadoras; o Presidente pretendia contar com apoio de experts e previa encaminhamento do tema à juízo, diante dos prováveis dissensos em alguns programas. Por fim, afirmou que muitas dúvidas sobre a execução e realização dos programas seria esclarecido com a aprovação do referido orçamento. Severino Alves registrou agradecimento às partes envolvidas garantiram o reconhecimento da Deliberação nº 58.
-----------	---

Item 2 – CÂMARA TÉCNICA GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)

2.2 Mapeamento da mancha de inundação referente ao período chuvoso 21/22 no ES.

Discussão	<p>Thales Altoé iniciou apresentação informando que em janeiro de 2016 e 2020 houve duas cheias na bacia do rio doce, e devido ao aumento de rejeito com o evento, as cheias carregaram material, culminando em uma ampliação das áreas de deposição de rejeitos no entendimento da CT. A Câmara solicitou estudo à Fundação Renova com objetivo de identificar e quantificar o alcance da deposição desses rejeitos e, em atendimento, a Fundação apresentou propostas de ensaios e simulações para obter conhecimento. Foram duas entregas de relatórios, ambas com inadequações técnicas e que posteriormente foram reprovadas. Tendo em vista então a delimitação da área impactada com foco para aplicação do PG23, verificou-se a necessidade de nova abordagem. O trabalho apresentado teve como objetivo delimitar a mancha de inundação referente ao período chuvoso de 21/22 para a porção capixaba do Rio Doce como área mínima de abrangência dos programas da CT-GRSA. Após discussão técnica, optaram pelo mapeamento em campo, pois se traduziria na obtenção de dados reais. Tendo a previsão de muitas chuvas em 2021 e 2022, em novembro de 2021 a Câmara Técnica começou a discutir nova abordagem para suprir a necessidade de definição de área dos programas e, finalmente, chegaram ao consenso de que nessa metodologia não poderia ser usada modelagem, pois a modelagem é tentativa de imitar a realidade e prever comportamentos; o modelo pode ter erros e levar a discussões alongadas sem representar adequadamente a realidade. Há entendimento de a qualidade de água no rio doce estava alterada frente aos valores históricos pré-evento, logo, todo evento de cheia se traduziria em carregamento de material e deposição de rejeitos, ampliando a área impactada. Pelas definições do TTAC, a maior área das cheias até hoje deveria se traduzir na área ambiental 1 do PG23. Nesse contexto, a CT optou por mapeamento de campo com sobrevoo de helicóptero. Fez apresentação dos materiais utilizados e imagens de satélite, assim como programas e softwares que geraram os dados e comparações.</p> <p>A mancha foi uma combinação e interpretação integrada de dados, com fotos georreferenciadas, de satélite, e de isolinhas, nenhuma informação foi interpretada de maneira isolada, então trata-se de análise robusta. Quanto mais próximo do pico de cheia, melhor, pois haveria percepção da água no nível máximo. Coletaram informações dos boletins do Serviço Geológico Brasileiro (SGB), a partir destes boletins compararam as cotas no momento da vistoria e as cotas máximas alcançadas pela cheia. A passagem da cheia deixa indícios visuais tais como mudança de coloração da vegetação, mudança da coloração do terreno e acúmulo de poças d'água; mesmo não realizando a vistoria no pico, o uso combinado de informações traz segurança ao produto. Por fim, perceberam que havia um efeito de maré auxiliando na expansão dessa mancha.</p> <p>Considerações finais e recomendações da Nota Técnica nº 10/2022: declaram a área de inundação indicada como área de investigação, devendo ser submetida a monitoramento e investigação. Recomenda-se ao CIF a utilização da mancha de inundação obtida na NT para porção capixaba do rio Doce como área mínima de abrangência dos programas da CT-GRSA. A CT entendeu que áreas inundadas por água do rio doce, em especial com marcante coloração alaranjada, em contínuo a água do rio doce, são áreas que sofreram algum nível de deposição de mistura de rejeitos mais solos/sedimentos, e portanto, devem ser consideradas áreas impactadas segundo as diretrizes constantes no TTAC. Thais Vilas Boas parabenizou o estado pela elaboração do estudo e questionou quais seriam as áreas da mancha de inundação, em listagem para constar no PG23, e se houve expansão ou não da área atual do programa. Ainda, solicitou maiores explicações se a vistoria tratou-se apenas de sobrevoo e análise de imagens ou se houve coleta de solo e água para entender diferenças entre o trabalho apresentado pelo estado e o que a Fundação vinha fazendo, para evitar sobreposição. Margareth Saraiva esclareceu que em relação à expansão de território, não havia quantitativo de município novo como atingido, a questão seria até onde o rejeito havia chegado; as equipes do governo do Espírito Santo se dispuseram, a partir de dados já elaborados pela Fundação e ajuste de metodologia, a trazer ao CIF entendimento de qual é a mancha de inundação no ES. Agora temos uma delimitação melhor de qual é a área. Reforçou que o estudo feito fortalecia a Deliberação nº 58 e abria expectativa que os demais programas fossem redesenhados considerando a deliberação e a mancha de inundação, não trabalhando apenas no monitoramento do PG23, mas que terá rebatimento em outros programas. Thiago Carrion registrou que o estudo apresentado pela Câmara apropriava o Comitê de maneira direta e evidente sobre a realidade e discorreu sobre jurisprudência de fato terceiro não excluir responsabilidade original. Thales Altoé explicou aos presentes que, antes do desastre, a coloração oscilava entre verde e azul, hoje em dia deriva para vermelho, há discrepância evidente. Imagens de satélite também carregam essa diferença de coloração. O impacto do evento não se limita à composição química do rejeito, foi evento de energia catastrófica, com impacto sobre o solo que foi arrancado até rocha matriz, houve carregamento de solo e toda essa mistura vai sendo carregada. Portanto, o rejeito presente é derivado do evento, verificável inclusive através da coloração. Em seguida, Thais Vilas Boas questionou se não haveria guerra de laudos, diante do ponto de pauta seguinte requisitando a reelaboração dos estudos por parte da Fundação Renova. Thales Altoé e Emília Brito esclareceram sobre a reprovação da modelagem naquele caso devido às características geológicas peculiares da região, que levariam o modelo a um nível de incerteza, enquanto a realidade conferia maior assertividade. Luis Gabriel Mendoza informou que os técnicos do estado de Minas Gerais não foram informados do sobrevoo, ao que Thales Altoé respondeu como sendo independente o trabalho exclusivo de técnicos capixabas com a metodologia, zelo e qualidade do trabalho em ambas as porções mineira e capixaba. Gilberto Filho informou que o mapeamento da mancha delimitava área, enquanto os estudos de campo mensurariam e qualificariam os impactos, não configurando sobreposição dos trabalhos da Câmara Técnica e da Fundação Renova. Após extensos debates, foi feita alteração na minuta de deliberação retirando o entendimento de que as áreas seriam consideradas impactadas segundo o TTAC.</p>
Manifestação	Milena Alencar informou que a Fundação Renova não teve conhecimento prévio do trabalho realizado pela CT para contribuição técnica e reforçou que mancha de cheia não seria sinônimo de definição de área impactada, mas sim uma delimitação de até onde a água pode chegar, sendo o estudo de modelagem um referencial de avaliação de impacto. Reforçou que a região sofria interferência historicamente, o que não era propriamente capturado por registros visuais fotográficos. Afirmou que um registro de áreas alagadas durante as cheias também poderia trazer incertezas, por associar ao rejeito impactos ou alterações nas áreas que podem não ser do rio Doce, podem ser de outras fontes, o refinamento e confirmação seriam possíveis através de investigação de campo. Concluiu que a área não poderia ser considerada impactada e que a metodologia de identificação de impacto foi definida conjuntamente entre CIF e CT, e nela não constavam apenas ferramentas visuais ou fotografias, considerando também resultados de campo. Giorgio Peixoto informou que já haviam ações em curso no âmbito do PG17 com produtores rurais, sendo

	contraproducente retroceder neste ponto. Margareth, membro pelo ES, alerta para o fato de que o PG 17 tem escopos diferentes de Fundação a Candonga, procede a informação de Giorgio, porém de Candonga até a Foz a questão do manejo de rejeitos não está contemplada no escopo.
Deliberação nº 617	Aprovada com discordância da FR.

Item 2 – CÂMARA TÉCNICA GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)

2.1 Solicitação de ampliação de prazo do Processo de Apoio à Defesa Civil no âmbito do PG34

Discussão	Gilberto Fialho fez apresentação do PG34, composto por 5 projetos, com escopo definido pela Nota Técnica nº 24/2020. A Nota Técnica nº 11/2022 buscava a ampliação do prazo de execução do processo de apoio à Defesa Civil, uma vez que a capacitação presencial seria mais efetiva, propondo ampliação no prazo do projeto de 18 meses, sendo que 12 meses seriam para mapear e desenvolvimento do projeto presencialmente e 6 meses de transição para preparação e busca de recursos de outras entidades para apoiar as ações das defesas civis. Devido ao período da pandemia de COVID-19 e a manutenção das atividades online, houve significativa perda de qualidade do desenvolvimento dos trabalhos. Os objetivos anseiam para atividade mais prática dentro dos municípios. Diante disso, houve consulta à Fundação, que informou à Câmara e às Defesas Civis que o recurso que disponível não seria suficiente para abarcar os 18 meses de expansão, portanto as defesas civis protocolaram ofício na Câmara Técnica com adicional de orçamento, sendo necessário aporte financeiro de 5 milhões e 300 mil reais de natureza compensatória para ampliação de 18 meses dos referidos projetos. Os objetivos do programa a serem ampliados são: apoiar a administração pública na formação de uma ambiência favorável à conscientização pública voltada para a gestão de riscos e desastres. Apoiar a implantação de processo de gestão de riscos e desastres estimulando a preparação comunitária para respostas a desastres, além de atuação na comunidade escolar. O Presidente Suplente manifestou preocupação na aprovação do montante de recurso compensatório sem a apresentação de plano de transição garantindo a sustentabilidade do projeto, incorrendo no risco de investimento de recurso sem garantia de êxito ao final do prazo. Diante do impasse, foi feito pedido de vista à pauta pela Presidência.
Manifestação	Juliana Bedoya informou que o recurso total do programa era compensatório, cuja previsão aprovada na definição do PG era de 34 milhões de reais. Para extensão do prazo, precisariam de aprovação do CIF de aporte de recurso compensatório de 5 milhões e 800mil reais. Reforçou a importância de transição adequada para que as defesas civis possam assumir essas atividades após o fim do projeto, garantindo a sustentabilidade.
Encaminhamento E64 – 2.1	Pedido de vista por parte da Presidência para retomada da discussão na mesma reunião.

Por fim, às dezenove horas e quatro minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente Suplente do CIF, Thiago Carrion, finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em dez de dezembro de dois mil e vinte e dois, às oito horas e cinquenta e sete minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=pMI9lJjOQk> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início o segundo dia da 64ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG

ITEM 2 - CÂMARA TÉCNICA GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)

2.3 Avaliação da modelagem do estudo da mancha de inundação do Rio Doce, entre a UHE Risoleta Neves e a Foz no estado do Espírito Santo (Trechos 13 a 16 do Plano de Manejo de Rejeitos) para os anos de 2016 a 2020.

Discussão	Emília Brito relatou que as cheias pós-rompimento proporcionam aumento da área de deposição de rejeitos intra e extra-calha; os rejeitos são levados para outras áreas com as cheias, o que se tenta mapear através de modelo matemático, quantificando o alcance dos rejeitos. Quando se verificou as imagens de satélite para esses dois períodos chuvosos (2016 e 2020), tinham muitas nuvens que impediam a visualização de até onde ia a água do doce na cheia, então a melhor estratégia seria o modelo matemático. Em 2021, foram solicitadas melhorias ao produto da Fundação Renova. A Nota Técnica tratava da análise dos estudos hidrológicos e de modelagem hidrodinâmica referente à mancha de inundação, composta por órgãos do governo federal e estadual de gestão de recursos hídricos e meio ambiente. O estudo teve dois produtos: O primeiro era modelagem em 1D, a CPRM se debruçou sobre ele e fez considerações para a Fundação. A CPRM tem expertise sobre a elaboração de manchas de inundação. O que os técnicos da CPRM fazem é ir ao local, visitar as casas e ver onde as águas de chuvas chegaram, traçar metragens e levar para análise. Esse item de campo, o dado real, não foi levado em consideração como deveria pela Renova. O outro item da CPRM é tabela sumária com principais dados de vazão, retorno e fotos verificadas pelo modelo. Já o segundo ponto seria a disponibilidade dos resultados e comparação destes com imagens de satélite em pontos principais. A ANA fez análise mais minuciosa do segundo produto, com todos os arquivos utilizados no programa. Foi conferido ponto a ponto o modelo 1D e o 2D e foram feitas as seguintes considerações: o nível da água não estava no relatório nem no apêndice, o modelo estava descalibrado, deveria ser apresentada tabela com as versões transversais e os “n” utilizados, não era possível afirmar com critérios a precisão das manchas, alerta para utilizar os dados dos levantamentos disponibilizados pela ANA nas seções e avaliar o uso do satélite LIDAR com dados topográficos de campo. Diante do exposto, as considerações finais e recomendações da Câmara Técnica foram: revisão do estudo pela Fundação Renova em prazo de 5 meses, realização de conferências e refinamentos utilizando imagens de satélite e dados de campo e modelagem, realização de mapeamento da mancha de 2022 com as mesmas diretrizes do item anterior, utilização dos resultados das manchas de 2016, 20 e 22 e dados de campo pretéritos para ajustar e calibrar a modelagem. A Fundação deve apresentar em capítulo específico o produto resultante da mancha de inundação de coloração laranja, baseado unicamente em imagens. O relatório final deverá ser organizado de maneira didática e de fácil compreensão para as análises, levando em consideração ainda, o parecer da ANA. Informou sobre ofício FR2022.1696 em que alerta que o estudo foi desenvolvido em aderência aos objetivos e diretrizes da Nota Técnica 07/2021 e Deliberação nº 497, não havendo descumprimento das referidas diretrizes por parte da Fundação. A CT-GRSA entendeu que, por mais que sejam seguidas diretrizes em ordem macro, se o estudo vem repetidamente divergente do que se verifica na realidade e sendo constantemente reprovado, não é suficiente apenas cumprir diretriz, precisa ser feito de forma eficiente. Portanto, já era evidente que o programa estava descalibrado. Após manifestação, Thiago Carrion alegou que se o modelo tem esse nível de inadequação, não podemos aceitar, porque posteriormente poder-se-á alegar que as ações se limitam à mancha de inundação, que é base para várias questões do programa da Fundação. Feitos ajustes na minuta de deliberação.
Manifestação	Milena Alencar reforçou que a Fundação não concorda com a reformulação total do estudo, alegando que não houve descumprimento de deliberação pois o estudo seguiu as diretrizes firmadas com a Câmara Técnica em Nota Técnica e deliberação; no trecho 16, de fato o estudo trazia alguns ajustes e melhorias necessárias, o que não justificaria a reprovação total do resultado obtido. Ainda, o próprio modelo já é bem conservador, já é uma mancha maior do que a realidade, é uma tentativa de representação de uma situação, e o objetivo do estudo não é estimar depósito de rejeito, mas trazer um referencial de complementação às investigações de campo. Reforçou a necessidade de ir a campo para compreender os impactos das últimas cheias. Por fim, reiterou que a Fundação não estaria se furtando a dar andamento às ações necessárias de manejo de rejeitos, mas a partir do momento que há reprovação do estudo, impõe-se morosidade ao processo de implementação dessas ações. Milena Alencar alegou que a finalidade do propósito do estudo é fornecer manchas, áreas de

	inundação que correspondem a áreas potencialmente impactadas para subsidiar e direcionar atividades em campo, então as áreas fornecidas pelo estudo entreguem cumpriram o propósito no sentido de que planos de manejo de rejeitos foram feitos, portanto essa grande finalidade foi cumprida.
Deliberação nº 618	Aprovada, com discordância da FR.

Item 2 - CÂMARA TÉCNICA GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA)	
2.4 Diretrizes do CIF perante as ações de manutenção das bioengenharias e controle de erosão dos trechos 1 a 11 do Plano de Manejo de Rejeitos.	
Discussão	Thales Altoé iniciou apresentação informando que no pós-desastre, com a extrapolação dos rejeitos das calhas, o material foi estabilizado com o uso das chamadas bioengenharias; foram feitas diversas obras para estabilização desse material nas margens do Rio. O relatório da Fundação Renova mostra que a cada período chuvoso parte dessas bioengenharias sofrem danos, o material fica exposto sofrendo erosão e, apesar das correções da Fundação Renova, houve atrasos. Foi realizada reunião intercâmaras entre a CT-FLOR e a CT-GRSA para discutir esses lapsos de tempo nos quais a bioengenharia é danificada, passasse até dois períodos chuvosos sem correção e o ponto de erosão segue exposto. A CT entende que seria necessário normatizar, portanto anualmente a Fundação deveria apresentar relatório de danos às bioengenharias em maio, e os danos precisam ser recuperados no período seco seguinte. Após manifestação, a Câmara Técnica registrou que não havia óbice quanto a alteração proposta pela Fundação Renova.
Manifestação	Giorgio Peixoto informou concordância da Fundação Renova com o levantamento, informou sobre diálogo prévio para que os levantamentos acontecessem no máximo até maio; todavia um ponto de atenção para a deliberação seria previsão de execução até setembro, uma vez que 4 meses seria insuficiente para fazer o trabalho. A bioengenharia não é só contenção das margens, mas plantio para contenção natural, também seria preciso atuar no período chuvoso. Sugere que seja feito dentro do ano e não até setembro de cada ano, o que foi acatado pelos membros.
Deliberação nº 619	Aprovada sem objeções.

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)	
3.1 Plano de Saúde de Aimorés/MG	
Discussão	Antes do início das apresentações, dos Planos de Saúde, o Presidente Suplente Thiago Carrion reforçou que o debate sobre nexo de causalidade em saúde e finalização dos estudos para tomada de ação já foi superado, uma vez que seria impraticável que as ações fossem condicionadas à finalização dos estudos, considerando a previsão de duração dos estudos por 10 anos pelo TTAC. Jefferson Felisberto, representante do município de Aimorés, apresentou fotos da inundação durante a cheia, jogando água para dentro do bairro, fazendo com que quase todos os anos a população precise ser socorrida devido a violência das cheias. Diante do exposto, o Plano de Ação em Saúde propõe ações que visam prevenir riscos e agravos à saúde da população. Como medida compensatória, o município precisa de aporte da Fundação e cessão de estrutura necessária para desenvolvimento das ações. Os principais eixos de atuação do Plano seriam Estratégia de Saúde da Família, com Centro de Atenção Psicossocial - não apenas para medicação mas para interação mental da população, assistência farmacêutica para ampliação da farmácia com toda medicação para uso da população, Laboratório Municipal com contratação de profissionais e equipamentos para funcionamento, Vigilância em Saúde, Vigilância Epidemiológica, Saúde do Trabalhador Formal e Informal e Vigilância Ambiental. Por fim, o município propôs revisão do Plano após seis meses de execução. Clara Diniz fez a apresentação da Nota Técnica 70/2022. O plano passou por todos os fluxos estabelecidos pela Deliberação nº 569, a Fundação teve acesso ao Plano e enviou ofício com suas considerações; em seguida, o município enviou segunda versão do plano, a Câmara emitiu uma nota técnica e posteriormente o município enviou à terceira versão as correções solicitadas. O município construiu o Plano, apresentou para a Comissão de Saúde do Município e atingidos. Já as considerações da Fundação não avaliaram o Plano em específico. Em relação às ressalvas, a Câmara pediu que o município especificasse os executores das ações, solicitou substituição do piso salarial por um valor mensal para melhor previsão e execução pela Fundação e, por fim, houve correções em alguns prazos. Em conclusão, a CT-Saúde sugeriu cuidado no estabelecimento de metas e indicadores, o que foi ajustado pelo município. Ao fim da manifestação, Clara Diniz explicou o fluxo estabelecido na Deliberação nº 569, o qual dispunha sobre envio da primeira versão apresentada pelo município à Fundação Renova para considerações, não sendo obrigatório pela Deliberação o retorno à Fundação após ajustes, cabendo a aprovação à Câmara Técnica e ao CIF. Ainda, reforçou objeto do TTAC na celeridade da reparação, foco no impactado e possibilidade de ações que ocorram concomitantemente, pois os estudos podem ser feitos de maneira concomitante com outras ações. Jefferson Felisberto corrigiu a menção ao termo compensatório no documento e reforçou que os atendimentos são realizados pelo SUS e não pela Fundação Renova, portanto o Sistema deveria ser fortalecido. Por fim, Thiago Carrion argumentou sobre o nível de incerteza prorrogado pela falta da realização dos estudos por parte da Fundação Renova, enquanto o TTAC frisava ações em saúde de início imediato. Jadilson Gomes criticou a inércia da Fundação Renova diante de planos de ação em saúde de outros municípios já aprovados pelo CIF. Alteração na minuta de deliberação com ressalva da presidência.
Manifestação	Paula Vieira explicou as diretrizes e bases do programa no TTAC, informando que o PG14 é reparatório com objetivos de mitigar, remediar e/ou reparar danos advindos do evento, não é um programa compensatório. As ações e medidas estabelecidas deveriam conter fundamentação científica e guardar relação de proporcionalidade e eficiência voltadas à remediação e/ou compensação dos impactos materializados. Quanto ao plano do município, a população total era de 25.000 habitantes, sendo a população atingida cadastrada na Fundação mais de 8.000 pessoas. A versão do plano apresentada na Nota não foi apresentada à Fundação, o plano de Aimorés ao qual tiveram acesso era do ano de 2020, o que representou descumprimento do fluxo estabelecido na Deliberação nº 569. Frisou que, de acordo com o e-GESTOR, o município tem cobertura de 98,93% da população registrada em agosto, contando com 9 UBS, 1 Centro de Saúde Especializado, 1 Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Centro de Atendimento Psicossocial, Hospital São José São Camilo, portanto, não haveria evidências de sobrecarga da rede de assistência à saúde que supere a capacidade instalada no município.
Deliberação nº 620	Aprovada.

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)	
3.2 Plano de Ação em Saúde de Raul Soares/MG	
Discussão	Representante do município iniciou apresentação informando que Raul Soares está localizado na mata de Ponte Nova com população rural bastante numerosa e distritos cerca de 60 km distantes da sede. As principais causas de óbito são doenças do aparelho circulatório e respiratório. Foi realizado levantamento e verificou-se a área mais atingida sendo São Vicente da Estrela, a 20km da sede, composto por 476 famílias. Em março de 2022 foi realizada visita técnica da equipe de saúde do município para visitar famílias e suas percepções de impacto. É perceptível por imagens de satélite a alteração da cor da água, assim como as famílias indicaram a piora na qualidade da água usada para consumo, agricultura, lavoura, irrigação, etc, sendo a contaminação da água o pior impacto, influenciando também em questões de saúde mental. O PAS propunha criação de UBS para atendimento da população, com ampliação do atendimento principalmente às localidades mais distantes, criação de centro de convivência e equipe de apoio para tratamento da saúde mental da população. Aquisição de veículo 4x4 com profissional motorista para deslocamento, por se tratar de áreas distantes. Ampliação de laboratório com setor de vigilância de triatomíneos. Clara Diniz

	informou que a primeira versão do Plano enviada pelo município não estava de acordo com as diretrizes da Câmara Técnica, o que foi corrigido pelo município a partir das recomendações da Fundação Renova. A CT solicitou maiores detalhamentos sobre alguns pontos do plano, o que foi acatado pelo município, assim como ajuste de indicadores. Após manifestação, Clara Diniz reforçou a Deliberação nº 569 não previa envio do Plano corrigido para a Fundação. Após argumentação, o Presidente expôs que, apesar da possibilidade de regresso infinito imputada pela argumentação da Fundação, o caso em específico tratava-se de alteração substancial. Em salvaguarda ao rito estabelecido pelo Comitê, o mais cauteloso seria adiamento da pauta para melhor análise da documentação por todas as partes.
Manifestação	Paula Vieira informou que a Fundação recebeu em março de 2022 um plano de contingência em desastres e não um Plano de Ação em Saúde, logo, a apresentação do plano seria novidade para a Fundação; ao informarem a situação para a CT-Saúde, não obtiveram encaminhamento do Plano de Ação em Saúde de Raul Soares.
Encaminhamento E64 – 3.2	Adiamento da pauta com reinclusão automática na próxima Reunião Ordinária do CIF, a fim de garantir amplo conhecimento da documentação à todas as partes.

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE).

3.3 Plano de Ação em Saúde de Santa Cruz do Escalvado/MG

Discussão	Paula Castro iniciou apresentação explicando sobre levantamento dos prejuízos decorrentes do rompimento da barragem, tanto em saúde física, biológica, quanto mental, além de problemas de acessibilidade da população. O Plano de Ação em Saúde buscava amenizar os impactos e trazer condições para o município fazer reparos aos impactos à saúde da população. Os principais dados epidemiológicos apontam agravamento da esquistossomose, dengue, acidentes por animais peçonhentos e violência interpessoal/autoprovocada. Aumento relevante de transtornos e doenças mentais, levando ao aumento de demanda de atendimentos no CAPS. O PAS é apresentado em 5 eixos: acessibilidade da população aos serviços de saúde, monitoramento do controle da água dos alimentos para consumo humano, assistência à saúde, assistência farmacêutica e saúde mental. Clara Diniz informou que o município apresentou o Plano no Conselho Municipal de Saúde e também para os atingidos, a maior parte das considerações foram absorvidas, restando apenas algumas ressalvas: excluir ações de implantação de poços artesanais, por não ser competência do PG14, explicitar datas de início e término das ações, detalhamento dos custos mensais e anuais, melhor descrição dos agravos no Eixo 4 para acompanhamento e monitoramento do plano pela CT. Reafirmou a importância de adequar os indicadores e de melhor verificação de algumas duplicidades no documento. A CT-Saúde solicitou que o tempo para execução do plano comece a contar a partir da devolução com as correções solicitadas. Ao final da apresentação, Severino Alves lamentou a postura recorrente de negativa da Fundação Renova diante dos trabalhos em saúde feitos pelos municípios, postergando a reparação justa.
Manifestação	Paula Vieira informou sobre portaria de diretrizes do Ministério da Saúde sobre CAPS em municípios com mais de 20.000 habitantes, não sendo o caso de Santa Cruz do Escalvado; ainda, a Fundação Renova não tinha ciência de pactuação feita com a CIB regional.
Deliberação nº 621	Aprovada, com discordância da FR.

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE).

3.4 Plano de Ação em Saúde de Sooretama/ES

Discussão	Rosiane Póvoa explicou sobre barramentos construídos pós-desastre para impedimento da contaminação do Rio Doce, o que acabou culminando em interrompimento de principal canal de escoamento e, após fortes chuvas, houve alagamento de inundação prolongada, com água em nível de até 3 metros de altura, atingindo 66 comunidades, impactando o aumento de demanda de saúde nos municípios. Mariana Hoffman informou sobre alteração da qualidade da água, presença de esgoto in natura, crescimento excessivo de macrófitas, mortalidade de peixes, interrupção do sistema de distribuição de água, aumento de risco de contaminação microbiológica da água, ocorrência de doenças infecciosas respiratórias, alimentar, agravamento de doenças crônicas, animais peçonhentos, maior exposição à umidade. Diante deste cenário, houve aumento evidente de atendimentos e queixas por diarreias e problemas gastrointestinais, aumento das notificações de casos prováveis de dengue, notificações por acidente por animais peçonhentos, agravamento de condições crônicas, relatos de problemas psicológicos, como crianças que tiveram problemas de aprendizagem devido à preocupação com a situação e deslocamento para abrigos deixando suas. Tudo isso levou ao aumento de demanda e consultas na unidade de saúde que atende a comunidade, aumento gradual de gastos com consórcios, de exames laboratoriais e medicamentos, através desses problemas levantados organizaram e criaram as ações. Algumas ações propostas: construção de UBS com projeto mobiliário, aquisição de terreno e contratação de funcionários, implantação de equipe para atendimento domiciliar, locação de carro para deslocamento de pacientes até UBS, locação de carro adaptado para áreas de difícil acesso para deslocamento da equipe para visita domiciliar e atendimento, capacitação de profissionais, construção de área de atividade física, locação de ambulância, construção de centro de atendimento em saúde mental, contratação de especialistas, custeio de materiais para grupos terapêuticos e custeio para oficina de artes e materiais. Clara Diniz afirmou que, com relação à estrutura do documento, a Câmara apontou correções necessárias com relação à ações, prazos e custos; a Fundação Renova afirmou em manifestação que não emitiria parecer específico para o município por não considerar Sooretama como atingido. Clara Diniz frisou que a Deliberação nº 164 reconhece o pleito do Espírito Santo sobre a necessidade de que todas as questões pertinentes aos impactos ambientais, socioeconômicos e jurídicos causados pelos barramentos das lagoas do baixo doce sejam incorporadas ao TTAC, incluindo o município de Sooretama, portanto há reconhecimento pelo CIF. Em relação às ressalvas específicas da CT: no eixo de saúde da família, há duplicidade das ações de construção de UBS, o que já foi corrigido, no eixo temático de atenção especializada sugerem especificar quais os serviços especializados previstos, ficou faltando apenas inserir o custo mensal e anual de cada profissional. A CT-Saúde sugeriu ainda adequação das ações e do volume dos itens adquiridos aos problemas e ao público que foi descrito no diagnóstico situacional do plano e, por fim, sugeriu prazo de 60 dias contados a partir do momento da devolutiva do documento pelo município com as correções solicitadas. Após manifestação, Thiago Carrion reforçou os problemas e incertezas quanto ao cadastro da Renova, uma vez que tinha foco na elegibilidade ao AFE; reforçou ainda a evidente alteração no padrão de adoecimento pós-desastre, contudo questionou a Câmara Técnica quanto às obras e a aquisição de repelente. Roberto Laperriere explicou que, quanto à infraestrutura, foram necessidades levantadas de serviços que não existem no município, sendo preciso obras para levantar essas estruturas. Com relação à distribuição de repelentes, dentro da questão das doenças vetoriais é alarmante o zika vírus afetando gestantes com a questão da microcefalia, sendo possível uma revisão especificando o público alvo. Por fim, Severino Alves manifestou preocupação quanto a capacidade de manutenção das estruturas solicitadas após fim do aporte da Fundação. Thiago Carrion concordou em relação à cautela na aprovação de obras, considerando os custos de manutenção de equipamento público, e sugeriu complementação da documentação. Alterada minuta de deliberação com base nas ressalvas levantadas no debate.
Manifestação	Paula Vieira afirmou que a versão do plano não apresentava evidências de alteração no perfil de adoecimento que extrapole a capacidade instalada do município. Ainda, a rede de assistência em saúde do município era estruturada conforme diretrizes do MS, e a população considerada atingida pelo rompimento da barragem em Sooretama corresponde a 1,77% da população. Quanto à Deliberação nº 164, seria referente ao barramento com foco no pagamento do AFE.

Deliberação nº 622	Aprovada, com discordância da FR.
--------------------	-----------------------------------

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE).

3.5 Plano de Ação em Saúde de Linhares/ES.

Discussão	Agnis de Souza iniciou apresentação informando sobre o impacto do fluxo da lama no litoral de Linhares; no Plano de Ação em Saúde, foram propostos 7 Eixos Temáticos e 67 ações em atenção primária, média complexidade, saúde mental, educação permanente em saúde, vigilância em saúde, vigilância de zoonoses, vigilância epidemiológica e saúde do trabalhador. Apresentaram os custos mensais, anuais e em valor total de R\$254.689.840,30 reais, correspondendo aos 10 anos sugeridos no TTAC. Clara Diniz afirmou que a CT SAÚDE reforçava a Deliberação nº 551, que determinava que os estudos deveriam ser utilizados para atualização dos PAS quando aprovados, porém os Planos deveriam ser executados o mais rápido possível. A respeito das ações em saúde propostas pelo município, em caráter reparatório, apresentam ressalva que as ações de vigilância em zoonose, epidemiológica e contaminação de metais pesados, pois seria necessária avaliação para garantir a não sobreposição com outros estudos e ações no âmbito do TTAC. Thiago Carrion levantou questionamentos sobre os altos valores do Plano, sem a garantia de sustentabilidade das estruturas pelo município ao final do Plano, o que poderia levar a outras solicitações tão onerosas quanto por parte de outros municípios. Saulo Meirelles, informou sobre o alto custo da rede de saúde de Linhares, sendo município de importância central para a saúde da região, cujo investimento representava em torno de 30% dos recursos próprios do município. Thiago Carrion argumentou como improvável o cumprimento do Plano nestas condições por parte da Fundação Renova, e os valores também poderiam ser questionados em juízo.
Manifestação	Paula Vieira alegou que a rede de assistência à saúde em Linhares está organizada de tal forma que a capacidade instalada não justificaria as ações solicitadas. Ainda, argumentou que o PAS não descrevia evidências que indicassem alteração no perfil de adoecimento da população considerada atingida. Por fim, informou que o plano apresentado após a Deliberação nº 569 não foi visto pela Fundação, apenas aquele enviado em janeiro de 2020.
Encaminhamento E64 – 3.5	Adiamento da pauta para a próxima Reunião Ordinária do CIF, devendo ser encaminhado o Plano de Ação em Saúde do município com as alterações solicitadas.

Item 2 – CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE REJEITOS E SEGURANÇA AMBIENTAL (CT-GRSA) – RETOMADA.

2.1 Solicitação de ampliação de prazo do Processo de Apoio à Defesa Civil no âmbito do PG34

Discussão	Welbert Stopa, representante da Prefeitura de Mariana, fez apresentação de vídeo sobre atuação das Defesas Cíveis nas escolas e informou sobre as tratativas do período de transição de 6 meses, no qual das Defesas Cíveis e a empresa de consultoria contaria com o apoio de mineradoras que atuam na região. Thiago Carrion questionou sobre a possibilidade de assinatura de um termo de compromisso pelos municípios assegurando o cumprimento. Alterada minuta de deliberação
Manifestação	Maria Letícia Mata manifestou concordância por parte da Fundação com busca por acordo com os municípios e formalização em termo.
Deliberação nº 623	Aprovada sem objeções.

Item 4 – FALA DOS ATINGIDOS

Oportunidade de fala às pessoas atingidas.

Discussão	<p>Joeci Lopes, atingida de Aracruz/ES, falou contra as negativas da Fundação Renova em relação à saúde, uma vez que os níveis de contaminação da população culminavam em adoecimento alarmante; exemplificou a situação com apresentação do caso de uma senhora atingida que passou por intenso processo de envelhecimento precoce por acometimento de doença rara, devido à contaminação. Por fim, criticou a judicialização do Plano de Ação em Saúde do município.</p> <p>Willington da Costa, atingido de Sooretama/ES, criticou o descaso da Fundação Renova em temas como inundação, saúde, esporte, lazer e cultura e subsistência da população. Relatou que, quando questionada, a plataforma de Diálogo da Fundação respondia com emojis, sendo um desrespeito com a população desesperada por explicações e devolutivas. Por fim, relatou sobre a situação da comunidade de pescadores, que passaria as festividades de final de ano sem qualquer assistência, diante do corte dos AFEs.</p> <p>Lucilene Soares, atingida de Baixo Guandú/ES, relatou problemas de desabastecimento e exposição do esgotamento sanitário da comunidade, além de contaminação da água e problemas de saúde.</p> <p>Maria Aparecida Leite, atingida de Baixo Guandú/ES, reforçou relato sobre desabastecimento de água no município, com agravamento no período chuvoso e criticou a contaminação do solo e do lençol freático.</p> <p>Terezinha Gués, atingida de Baixo Guandú/ES, relatou sobre gravidade dos problemas de saúde sofridos pela população, que muitas vezes precisava se deslocar até Vitória para conseguir um exame ou atendimento qualificado. Ainda, reforçou que a contaminação da água era agravante aos problemas de saúde, sendo necessário recorrer à água mineral, que já era objeto de fraudes diante do desespero da população.</p> <p>Manoel Bueno, atingido de Serra/ES, parabenizou os municípios pela aprovação de seus Planos de Ação em Saúde, e clamou pelo reconhecimento do município de Serra como atingido, pois era região contaminada pela água do Rio Doce, cuja população seguia em processo de adoecimento. Ainda, era preocupação recorrente a qualidade do pescado vendido, diante da potencial e provável contaminação deste.</p> <p>Eliane Gregório, atingida de Povoação/ES, registrou homenagem ao falecimento do Pastor Michel, que lutava junto à comunidade atingida pela reparação justa e repudiou fala da Fundação Renova de comparação entre Linhares/ES e Mariana/MG. Afirmou que a foz capixaba seguia como depositária dos rejeitos; criticou a lentidão do PG16, postergando situação de perigo na pesca, com venda de pescado contaminado. Por fim, relatou o sofrimento da população em continuar em contato com água contaminada em banho, cozimento de alimentos e outras atividades, além da violência do desastre contra a natureza.</p> <p>Joelma Teixeira, atingida de Governador Valadares/MG, relatou sobre enchentes em ilhas e propriedades que carregavam rejeitos, impactando na qualidade da água e na saúde da população.</p> <p>Elimar Oliveira, atingido de São Mateus/ES, apresentou relato sobre a situação dos pescadores da região, que não conseguem validação junto à Fundação Renova para elegibilidade ao AFE, diante do processo sempre moroso e</p>
-----------	--

inacessível. Ainda, relatou sobre casos de depressão, abuso de álcool e substâncias químicas devido a problemas de saúde mental, levando a casos de violência doméstica contra mulheres.

Enéas Ferreira, atingido de Conceição da Barra/ES, relatou sobre laudo apresentado na CT-Bio informando sobre impacto em diversos municípios e apresentou questionamento em nome dos municípios de Alcobaça/BA, Caravelas/BA e Prado/BA sobre os fluxos a serem tomados para que conseguissem legitimação e reconhecimento de sua condição de atingidos e participação no CIF. Thiago Carrion respondeu que não cabe à Presidência do CIF a tomada de decisão isolada sobre reconhecimento de municípios, cabendo a manifestação às Câmaras Técnicas diante da ciência de situação que levasse ao reconhecimento.

Fabrcio Janone, atingido de Nova Almeida/ES, relatou sobre situação dos pescadores do rio Reis Magos, que sofreu impacto e contaminação pela lama causando mortandade de peixes; os trabalhadores seguiam desassistidos pela Renova.

Laureni Rodrigues, atingido de Periquito/MG, relatou indignação com a postura da Fundação Renova diante das questões de saúde, pois famílias adoecidas recebem recorrentes negativas de seus direitos de serem assistidas; ainda, afirmou ser descaso da Fundação Renova a construção de poços artesanais próximos a fontes de água contaminadas e cobrou responsabilização das empresas pelo desastre.

Márcia Souza, atingida de Linhares/ES, parabenizou as Câmaras Técnicas e o CIF pela conquista do reconhecimento da Deliberação nº 58 e cobrou da Fundação Renova execução das ações dos programas nestes territórios, pois seguiam sem investimento e reparação. Relatou sobre preocupação das comunidades de pescadores com a comercialização de pescado contaminado e preocupação de agricultores com lavouras cacauceiras localizadas à beira do Rio Doce.

Liberina Barbosa, atingida de Vitória/ES, mostrou indignação diante da impunidade do crime cometido e reforçou relatos de outros atingidos com relação ao descaso com a situação de pescadores, que seguiam aflitos sem assistência e preocupados com a qualidade do pescado potencialmente contaminado.

Em 11/11/2022, Liberina Barbosa pediu registro de correção de sua fala afirmando que não são os técnicos da Fundação Renova os criminosos a serem responsabilizados, e sim as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton.

Por fim, às dezoito horas e dez minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente Suplente, Thiago Carrion, finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em onze de novembro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e oito minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Teams, transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=5tYQTrKQtb0> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG teve início o terceiro dia da 43ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Item 6 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

3.6 Descumprimento das Deliberações nº 582, 598 e 599 pela Fundação Renova.

Discussão	Roberto Laperriere iniciou apresentação explicando histórico de aprovação em 2022 dos Planos de Ação em Saúde dos municípios de Bugre/MG, Aracruz/ES e Rio Casca/MG, com indicação do prazo para início da execução. A Fundação Renova se manifestou alegando inadequações ao fluxo disposto na Deliberação nº 569, o que foi reportado aos municípios para manifestação; a Câmara Técnica analisou as argumentações e entendem que o pedido de impugnação da Fundação Renova não deveria prosperar. Passado o prazo estabelecido em deliberação para execução das ações, a Câmara Técnica questionou os municípios, que confirmaram que as ações não tinham sido iniciadas pela Fundação Renova. Diante disso, a CT-Saúde recomendava ao CIF notificação à Fundação Renova pelo descumprimento das Deliberações nº 582, 598 e 599. Thiago Carrion reforçou entendimento do Comitê a respeito do condicionamento das ações em saúde aos resultados dos estudos e questionou entendimento da Câmara Técnica e dos membros sobre a classificação dos Planos de Ação em Saúde, uma vez que a classificação taxonomica influenciaria na penalidade aplicada, segundo parágrafos da Cláusula 247 do TTAC. Embora a taxonomia permitisse a classificação dos Planos enquanto projetos, seria importante análise robusta por parte do CIF e consenso final sobre a taxonomia das ações. Por fim, o entendimento da Presidência, acompanhado pelos membros, se deu pela notificação de descumprimento de deliberação com estabelecimento de prazo de 45 dias para sanar o descumprimento, sendo as deliberações notificadas individualmente
Manifestação	Maria Letícia Mata informou sobre manifestação da Fundação Renova sobre o tema no Ofício FR.2022.1669 e reforçou a discordância em relação ao fluxo estabelecido na Deliberação nº 569 e o caráter reparatório do PG14, que deveria ter suas ações definidas com base na avaliação específica do ocorrido
Deliberação nº 624	Aprovada

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA)

5.1 Relatório de Vistoria do Laboratório Tommasi

Discussão	Emília Brito informou que, em 2021, o GTA-PMQQS fez reunião com a Fundação Renova e com o Laboratório Tommasi para acompanhamento das corridas analíticas para sedimentos, a fim de entender o porquê da invalidação de tantos dados do programa. Devido ao momento da pandemia, o Laboratório Tommasi estava realizando treinamento em forma híbrida. O GTA acompanhou o treinamento e verificou que uma das orientações era refazer a cadeia de custódia no laboratório para deixá-la mais limpa, porém isto não está alinhado com as melhores práticas de coleta de água e sedimento, pelo contrário, o correto era a cadeia da forma como ela veio do campo. As demonstrações técnicas estavam sendo virtuais, o que dificultaria o aprendizado apenas pela orientação em vídeo. O GTA observou que nem toda a metodologia estava sendo seguida como descrito nas corridas analíticas: i) a análise da amostra fortificada estava sendo realizada separada das demais amostras, ii) não foi verificada aplicação correta do protocolo para erro do valor amostrado e iii) não foi utilizada metodologia EPA 7471 para mercúrio em sedimentos. Emília Brito explicou aos presentes que o mercúrio é metal facilmente volatilizado, então a corrida deveria ser separada de outros metais. Dessa forma, a metodologia não estava sendo seguida pelo laboratório, o que poderia gerar erro no resultado. Por fim, apresentou as conclusões da Nota Técnica 88 do GTA-PMQQS. A Nota Técnica foi apresentada em fevereiro de 2022 e a Câmara Técnica solicitou que a Renova encaminhasse relatório para entender onde ocorreu tal divergência de metodologias e, em diálogo com a Fundação, identificaram necessidade de notificação, pois a Fundação apenas justificava o porquê da adoção do método e não o reconhecendo que o método estava errado, devendo ser utilizado o método correto. A Fundação Renova se manifestou e a CT-SHQA reforçou a notificação, objeto da presente pauta no CIF. A Fundação Renova respondeu ao item da pauta alegando que na revisão do PMQQS vão retornar ao método solicitado, porém pelo tempo de
-----------	---

	realização do método equivocado, a Câmara Técnica entendia pela manutenção da notificação. Diante do exposto, o Presidente Suplente Thiago Carrion sugeriu possível encaminhamento da questão ao INMETRO e demais órgãos fiscalizadores pois, verificada a gravidade do comprometimento dos dados, poderiam entrar com Ação Civil Pública contra os prestadores de serviço para responsabilização sobre o erro. Emília Brito explicou que o GTA não chegou a invalidar os dados, mas verificou a inadequação dessa metodologia, ainda mais sobre mercúrio, pois está interferindo em outros programas do sistema. Reforçou que toda alteração de metodologia do PMQQS tem que passar por GTA, Câmara Técnica e CIF. Thais Cavendish relatou que a situação de comprometimento dos dados é grave, pois poderia implicar na impossibilidade de comparação e mensuração do erro. Estabelecido prazo de 30 dias para cumprimento da deliberação.
Manifestação	Brígida Maioli informou que não houve possibilidade de agenda com a CETESB durante 2020 e 2021 por conta do cenário de pandemia, contudo em 2022 a Fundação Renova agendou o treinamento assim que houve abertura de agenda. Sobre o método do mercúrio, afirmou que ambos os métodos são normatizados e acreditados, apesar do método constar no PMQQS, nunca foi taxativo e sim recomendação, o que é obrigatório é que o método seja acreditado. Reforçou que a Renova não se eximiu de cumprir suas obrigações. Por fim, afirmou que poderiam realizar esses ajustes em processo de revisão, não sendo necessária notificação. Brígida Maioli argumentou sobre interpretação dupla da CONAMA e reforçou entendimento da Fundação Renova de que não houve descumprimento, pois não há menção no PMQQS de metodologia obrigatória, apenas recomendação.
Deliberação nº 625	Aprovada.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA).

5.3 EXTRAPAUTA – Revisão Bianual do PMQQS.

Discussão	Emília Brito informou que o programa é acompanhado pela União e pelos órgãos dos estados. Nas Deliberações nº 17 e 53, onde começaram as bases mínimas do PMQQS, já era prevista revisão bianual do programa para avaliar seu andamento e fazer as devidas alterações. Entre agosto e setembro de 2022, aconteceram os seminários de revisão do PMQQS com participação do GTA, órgãos de meio ambiente e recursos hídricos, Fundação Renova, atingidos participantes, notórios saberes, a exemplo de professores das universidades federais de Minas Gerais e Espírito Santo, membros das Câmaras Técnicas SHQA, GRSA e Bio, promovendo discussões sobre como deveria ser formulado o programa. A cada dia estavam com professores e participantes de CTs diferentes de acordo com o tema. Questionavam o que seria mantido no programa, criado, reduzido ou eliminado. A proposta de revisão colocava a duração do programa pelo menos até 2030, sendo reavaliado nas revisões bianuais, observado o andamento dos programas do TTAC implementados na Bacia. Breve apresentação de algumas modificações feitas no programa. Emília Brito solicitou registro em ata em relação à frequência amostral: foi indicado pela Fundação Renova três itens que gostariam que a CT reconsiderasse após aprovação da Nota Técnica. A questão foi levada ao GTA e o grupo entendeu que não haveria perda ao programa acatar as sugestões da Fundação Renova, portanto, o programa será enviado pela Fundação com os referidos itens diferentes daqueles aprovados na Nota Técnica da CT, contudo serão acatados os itens indicados no documento do programa. Thiago Carrion solicitou que fosse registrado em documento formalmente, pois apenas o registro em ata seria frágil para sustentação de posição técnica do sistema.
Manifestação	Brígida Maioli confirmou que seria suficiente a menção em ata, pois teriam tempo para apresentação do documento final do PMQQS e aprovação.
Encaminhamento E64 – 5.3	Inclusão em pauta na próxima Reunião Ordinária do CIF para aprovação da revisão do programa após entrega do documento final.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA).

5.2 Aprovação de Pleitos Municipais – PG31

Discussão	<p>Alessandra Jardim fez apresentação informando que o programa prevê reparação de 500 milhões de reais para 39 municípios, sendo os responsáveis pela execução das ações e obras os municípios, enquanto titulares do serviço de saneamento. O repasse dos recursos aos municípios se dará através de bancos públicos contratados pela Fundação para fiscalizar a execução das ações pleiteadas.</p> <p>Nota Técnica 127/2022- Ipatinga/MG Solicita recurso para elaboração de Plano de Coleta Seletiva, implantação e monitoramento dos resíduos sólidos urbanos no valor de R\$ 1.400.687,53 reais. O novo pleito se enquadra na ação 8.9, constante na Nota Técnica nº 33 da CT-SHQA, aprovada pela Deliberação nº 268 do CIF. Diante do teto do município, será necessário utilizar o valor de R\$ 76.610,47 do saldo de correção do IPCA disponível para RSU. A CT avaliou a adequação do pleito ao escopo do programa e adequação dos recursos Financeiro e considerou apto o pleito apresentado pelo município.</p> <p>Nota Técnica 128/2022 - Itueta/MG O município solicita recurso para implantação do sistema de esgotamento sanitário no distrito de Vila Neitzel no valor de R\$ 2.557.573,57. O novo pleito de enquadra na ação 8.3 do Regulamento do Programa aprovado pela Deliberação CIF nº 614. O município solicita o saldo do teto para ações de esgotamento, além do valor oriundo do cancelamento de dois pleitos e parte do valor disponível de correção pelo IPCA. Após análise dos documentos apresentados, a CT considerou apto o pleito do município</p> <p>Nota Técnica 129/2022 - Alpercata/MG O município solicita recurso para implantação do sistema de esgotamento sanitário na sede e no município de Era Nova no valor de R\$ 5.701.018,85; o valor foi ajustado pela Fundação Renova em razão da correção negativa do IPCA. A obra será realizada em etapas, com previsão de atendimento de 50% da população, uma vez que o recurso disponível não será suficiente para execução de toda a obra. O valor foi ajustado para R\$ 5.663.197,30. Após análise dos documentos apresentados, a CT considerou apto o pleito do município.</p> <p>Nota Técnica 130/2022 - Governador Valadares/MG O município solicita recurso para implantação das obras do Sistema de Esgotamento ETE Elvamar no valor de R\$ 16.812.926,23, correspondente ao valor em substituição a contrato encerrado com a Caixa Econômica Federal e ao valor para pagamento de contrapartida ao município referente a contrato do programa Saneamento para Todos. O pleito foi apresentado em fevereiro de 2022, contudo não haviam sido apresentados licenciamento ambiental ou cópia do protocolo de licenciamento e titularidade do terreno, o que foi justificado pelo município. A Deliberação CIF nº 614 desobrigou os municípios da apresentação desses documentos no ato da apresentação do pleito, uma vez que serão exigidos no momento da apresentação dos documentos junto aos bancos para liberação dos recursos. Após avaliação, a CT considerou apto o pleito do município.</p>
-----------	--

Manifestação	Sem objeções por parte da Fundação Renova.
Deliberação nº 626	Aprovada.

Por fim, às onze horas do dia onze de novembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente Suplente, Thiago Carrion, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 64ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo. Relembrou ainda a realização da próxima Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo em modalidade presencial, na cidade de Vitória/ES.



Documento assinado eletronicamente por **MOARA MENTA GIASSON**, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo, em 13/12/2022, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **14334947** e o código CRC **27B29FA0**.